PARECER – CONTROLE INTERNO N°094/2022

Parecer Conclusivo

DO RELATÓRIO

No dia 23/02/2022 às 10:45 horas veio a este Controle Interno Municipal o Processo Licitatório n°005/2022, modalidade Pregão Eletrônico, cujo objeto é: **REGISTRO DE PREÇO PARA FATURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL (URNAS) E SERVIÇOS DE TRASLADOS, COM VISTA AOS ATENDIMENTOS DAS NECESSIDADES DE FAMÍLIAS CARENTES ASSISTIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ACARÁ/PA.**
Empresa: **R DOS S LOBATO CNPJ:17.578.516/0001-10** No Valor de **R$889.000,000** (oitocentos e oitenta e nove mil)

É o breve relatório

DAS ATRIBUIÇÕES DO CONTROLE INTERNO

A CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPAL DO ACARÁ – CGM, foi regulamentada pela Resolução nº 7739-TCM/PA e, têm suas atribuições regulamentadas pela Lei Municipal nº 094/2005, de 24 de março de 2005.

A rotina de trabalho adotada pelo Controle Interno cabe, primordialmente, exercer a fiscalização dos atos da administração, comprovando os princípios constitucionais tais como: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e quando detectadas possíveis irregularidades insanáveis dos atos e fatos administrativos internos da gestão pública, nas execuções orçamentárias e financeiras efetivamente realizadas, esta Controladoria encaminhará denúncia ao Ministério Público e comunicará os Órgãos de Controle Externo sobre tais irregularidades.

Lei municipal nº 094/2005, DE 24 DE MARÇO DE 2005

Art. 2º é responsabilidade da coordenadoria de controle interno, nos termos do paragrafo único do art 2º da resolução nº.7739/2205 TCM-PA, o acompanhamento da legalidade, eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação dos recursos públicos por entidades de direito privado, observando, ainda, o disposto nesta lei.

Travessa São José nº 120, Praça da Matriz-Centro.
Acará / Pará – CEP: 68690-000

Art. 3º a coordenadoria de controle interno – CCI fiscalizará o cumprimento das normas estabelecidas constantes da lei complementar nº.101/2000, com ênfase no que se refere a:

DA ANÁLISE

Trata – se da análise do Processo Licitatório de n° 005/2022, modalidade Pregão Eletrônico, dentro da LEI N° 10.520, de 2002 e suas alterações posteriores, cujo objeto é: **REGISTRO DE PREÇO PARA FATURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL (URNAS) E SERVIÇOS DE TRASLADOS, COM VISTA AOS ATENDIMENTOS DAS NECESSIDADES DE FAMÍLIAS CARENTES ASSISTIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ACARÁ/PA.**

O referido Processo teve por norte a modalidade Pregão observado dentro da Lei 10.520, de 2002:

Lei n° 10.520- Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

DA ANÁLISE

Trata – se da análise do Processo Licitatório de n° 005/2022, modalidade Pregão Eletrônico, dentro da LEI N° 10.520, de 2002 e suas alterações posteriores, cujo objeto é:
REGISTRO DE PREÇO PARA FATURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL (URNAS) E SERVIÇOS DE TRASLADOS, COM VISTA AOS ATENDIMENTOS DAS NECESSIDADES DE FAMÍLIAS CARENTES ASSISTIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ACARÁ/PA.

O referido Processo teve por norte a modalidade Pregão observado dentro da Lei 10.520, de 2002:

Lei n° 10.520- Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal,

Travessa São José nº 120, Praça da Matriz-Centro.
Acará / Pará – CEP: 68690-000

modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

O processo esta em conformidade com a Lei e a Empresa: **R DOS S LOBATO CNPJ:17.578.516/0001-10** No Valor de **R$889.000,000** (oitocentos e oitenta e nove mil)**,** Anexa ao Pregão Eletrônico:

Relatório de Credenciamento, Declaração-SICAF, Relatório nível V-Qualificação Técnica-SICAF, Relatório de Ocorrências, Relatório de Ocorrências Impeditivas de Licitar-SICAF, Relatório de Prováveis Ocorrências Impeditivas Indiretas do Fornecedor, CNPJ, Requerimento de Empresário, Termo de Autenticação, Declaração de Enquadramento de ME, Certidão Inteiro TEOR Digital, RG, Certidão Simplificada Digital, Certidão Negativa de Débitos-CND, Alvará de Licença e Funcionamento, Certidão Negativa de Natureza Tributária, Certidão Negativa de Natureza Não Tributária, Certidão Negativa de Débitos Relativos Aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, FGTS,
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão Judicial Cível Negativa, Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos, Certidão Negativa de Inabilitados,

DO PARECER

Ante ao exposto, este Controle Interno no uso de suas atribuições conferidas em na Lei 793 de 02 de julho de 2010, nos seus artigos 2°. c), e 3º, após processo de reavaliação do certame MANIFESTA PARECER FAVORÁVEL à conclusão do referido Pregão Eletrônico de n° 005/2022, cujo objeto é: **REGISTRO DE PREÇO PARA FATURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL (URNAS) E SERVIÇOS DE TRASLADOS, COM VISTA AOS ATENDIMENTOS DAS NECESSIDADES DE FAMÍLIAS CARENTES ASSISTIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ACARÁ/PA.**

Empresa: **R DOS S LOBATO CNPJ:17.578.516/0001-10** No Valor de **R$889.000,000** (oitocentos e oitenta e nove mil)

Tendo em vista a real necessidade da execução do mesmo para benefício público.

É o parecer

Acará – PA, 23 de fevereiro de 2022

MUNICIPIO DE ACARA:05196548000172 Assinado de forma digital por MUNICIPIO DE ACARA:05196548000172

PEDRO PAULO GOUVEA MORAES:45213216234 Assinado de forma digital por PEDRO PAULO GOUVEA MORAES:45213216234

VANDERLI DOS SANTOS DA SILVA
CONTROLADORA INTERNA
PORTARIA 07/2021-GB/PMA